A carga é a mesma

O Brasil ensaia reescalonar os pagamentos da dívida externa no curto prazo, mas não avança no essencial: a redução dos encargos da dívida.

Para abusar do dialeto bancário, o custo da dívida é constituído por um **blend** de **prime** e **libor** com a sobretaxa do **spread** e do **flat fee**. A mistura (**blend**) da taxa de Nova Iorque (**prime**) com taxa de Londres (**libor**) é o grande fardo do serviço da dívida. Foi por aí que o sistema financeiro internacional perdeu o juízo em 1979/80, contratando a **debt crisis** dos anos 80, a pior crise econômica do século, pior que a de 29 — para os países penhorados em dólar. Até porque, a alta dos juros (**prime** e **libor**), nos dois lados do Atlântico Norte, detonou a recessão e derrubou as cotações das matérias-primas no mercado mundial, a dano dos países endividados.

Vale o lembrete: a **prime** e a **libor** viveram quase um século no patamar de 6 a 8% ao ano. Em 1979/80, impulsionadas pelo financiamento privado do déficit público dos Estados Unidos, as taxas subiram para patamares nunca dantes navegados, com «pico» de até 21% por volta de 1981. Ano seguinte, 37 países devedores, Brasil no meio, foram internados em fila indiana na UTI do FMI. Será que teria dado uma incompetência sem fronteira em 37 países ao mesmo tempo, entre os quais, países do bloco socialista e alguns ilustres fundadores da OPEP?

Na América Latina, o choque dos juros derrubou a Venezuela, encharcada de petróleo, derrubou o México nadando em óleo, derrubou a Argentina que não importa petróleo, derrubou o Peru que também vende óleo, derrubou o Equador que é sócio da OPEP... e o petróleo fez a fortuna de todos eles, nos cinco anos anteriores ao **crash** dos juros... os juros acabaram com a festa dos barris.

E o Brasil, o que mais deve em dólar e o que mais importa petróleo? Nos últimos 10 anos, estamos literalmente escravizados pelos pagamentos do petróleo e da dívida. No petróleo, nossas compras acumuladas somaram, desde 1974, nada menos de US\$ 74 bilhões. E nos juros, desde 1980, já remetemos US\$ 53 bilhões.

A verdadeira renegociação da dívida externa está na redução forçada da **prime** e da **libor** e não, propriamente, na pechincha de um quarto de ponto no **flat fee** (comissão) ou de algum «depois da vírgula» do **spread** (taxa de risco). Até porque, quanto maior a sobrecarga da dívida, imposta sem discussão pelo credor, maior a taxa de risco cobrada do devedor... piada de humor negro.

O custo financeiro, medido pela **libor**, situa-se nos anos 80, em 14,5%. Arredondando a coisa, temos 11,5% de juros, 2% de risco, 1% de comissão. O Brasil acaba de travar magnífica batalha pela redução do **spread** do **flat fee**, sem questionar o nível da **prime** ou da **libor**. A qualquer momento, a taxa de juros sobe mais um ou dois pontos, mordendo o Brasil em US\$ 1 bilhão por ano. A ameaça permanece acesa: os cinco maiores credores do mundo discutiram a questão dos juros, sábado e domingo, em Londres, e prometeram «enviar esforços» para a contenção natural das taxas «no quadro de uma recuperação econômica universal».

A verdade é que os credores sem a marcação dos devedores. Eles preferem lavar as mãos na alta dos juros: quem faz a taxa é o poupador e não os bancos e só governos. O sistema bancário não tem para dar ao investidor em papel um só centavo que não seja tirado do mutuário sem opção — seja ele uma importadora **scotch** em Boston ou o programa de irrigação agrícola no Paquistão.

Para rebaixar os juros na ponta do tomador é preciso, antes, derrubar as taxas na ponta do aplicador. O Brasil pode renegociar **spreads** e comissões com os bancos, mas não pode discutir juros com milhões de poupadores americanos, europeus japoneses e árabes.

Os bancos bem que poderiam endurecer de posição na captação dos seus depósitos. Mas a competição aberta e franca não patrocina esse tipo de ação em bloco. O próprio Tesouro americano, enredado pela rolagem de uma dívida pública que se aproxima de US\$ 1,8 trilhão, acaba liderando o leilão altista dos juros. O Brasil não pode «conversar» com o mercado livre e o mercado livre é altista por coação e necessidade.

Com monitoramento ou sem monitoramento do FMI, não vamos conseguir rebaixar os juros, apenas amaciar os **spreads** no depois da vírgula. Se o monitoramento ajuda no **spread** e nada faz nos juros, o negócio é esnobar o FMI, como estamos esnobando. O custo político do monitoramento é bem maior que uma sobrecarga de meio por cento no **spread** com sua massa equivalente a menos de um sétimo do custo total da dívida.

O mercado livre só vai encarar uma redução voluntária ou tática dos juros quando o Terceiro Mundo, no limiar da inadimplência, engatilhar o calote universal.

Essa **debt bomb** pode explodir em 1988.